



Emendas à Tese I

Propostas da Tese 5, da Corrente Proletária/POR

I. POLÍTICA EDUCACIONAL

• ADITIVA ANTES DO PONTO 16

O Congresso está diante de uma grande tarefa, que é a defesa da educação pública, gratuita e científica. Tarefa essa que foi aos poucos sendo abandonada, dando lugar à defesa da farsa da regulamentação do ensino privado, suspensão dos subsídios à rede particular e verbas públicas unicamente para a educação pública. Fato que se agravou com a expansão do ensino a distância (EaD), que foi naturalizado pelas direções sindicais, em particular as da educação, como a CNTE.

Os delegados do Congresso estão, também, diante de dois governos que não irão revogar os violentos ataques à educação pública, entre eles o EaD. Apesar de discursos diferenciados, nem Lula, nem Tarcísio irão revogar essa excrescência do capitalismo, que é o EaD. Também não colocarão fim à farsa do Novo Ensino Médio, que visa, entre outros ataques, a expansão do EaD. O EaD é a expressão mais acabada do divórcio entre a escola e a produção social, entre a teoria e a prática, entre o trabalho intelectual e o manual.

A crise educacional não é uma crise de modelo, de projeto ou de financiamento, embora possamos encontrar na realidade traços de cada um desses aspectos. Não! A raiz da falência do ensino é mais profunda, encontra-se na separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento. A propriedade privada dos meios de produção não pode permitir um genuíno entroncamento entre ciência e produção social, pois isso potencializaria ainda mais as forças produtivas, num contexto de crise de superprodução.

Aprovemos: 1) o sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha; 2) o combate à privatização e a precarização do ensino; 3) a estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino; 4) o fim do EaD, ensino de tempo integral e a terceirização; 5) a efetivação dos terceirizados pelo Estado; 6) a revogação imediata e na íntegra do Novo Ensino Médio/BNCC; 7) o rechaço à “Nova Carreira”, fim de todo tipo de discriminação/divisão entre os trabalhadores, trabalho igual, salário igual; 8) a estabilidade a todos; 9) o fim dos concursos excludentes; 10) nenhum fechamento de sala/turno/escola, e reabertura das salas fechadas; 11) as salas de aula com o máximo de 25 alunos; 12) a melhoria das condições de trabalho e da situação física das escolas; 13) que sejam oferecidas todas as condições e o apoio necessários para o atendimento aos alunos com deficiência; 14) que o Estado financie integralmente a Educação, de acordo com um plano decidido pelos que estudam e trabalham, em suas assembleias.

II. BALANÇO

• ADITIVA ANTES DO PONTO 48

As eleições da APEOESP ocorreram em uma situação de profundo ataque à Educação, às condições de trabalho e de estudo. Medidas têm sido adotadas pelos governantes diante da crise do capitalismo, cujo peso é descarregado sobre os ombros dos oprimidos em geral, e dos trabalhadores da educação, em particular.

Nessas condições, era e continua sendo necessário um sindicato forte, para defender os trabalhadores e a educação pública. É

o papel histórico que cabe aos sindicatos como ferramenta política, de organização coletiva. Acontece que a APEOESP é dirigida desde 1981 pela mesma corrente política, a Articulação Sindical/ PT (e aliados). É o que se passa também com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Constituiu-se como uma burocracia, completamente apartada dos interesses dos trabalhadores. Hoje, situa-se como uma força governista, isto é, que apoia o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

As eleições burguesas de 2022 e o início do governo Lula interferiram nas eleições do sindicato. Desde a pandemia, acentuou-se a política de unidade de setores que constituíam a Oposição, particularmente do PSOL, PCB e PCO, com a burocracia da APEOESP. E a burocracia, fortalecida com o deslocamento dessas correntes da Oposição e aproveitando a despolitização do professorado, monopolizou a comissão eleitoral e ditou os critérios para eleição. O resultado só poderia ser a reeleição da direção.

O magistério desconfia, com razão, dessa direção sindical, devido ao seu histórico de autoritarismo e afastamento em relação aos interesses dos trabalhadores. O delegados classistas devem se colocar no campo da independência de classe e em defesa da democracia operária, para fortalecer o sindicato e erguer as reivindicações da categoria, contra os ataques do Tarcísio, Lula e da burguesia.

III. PLANO DE LUTAS

• SUBSTITUTIVA

Principais eixos de luta

- 1) Que as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos – empregos, salários e direitos trabalhistas;
- 2) Não ao Marco Temporal! Abaixo o Novo Arcabouço Fiscal e a reforma tributária, que preservam os privilégios da burguesia e das oligarquias! Não à CPI do MST, abaixo a repressão ao movimento camponês;
- 3) Pela revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da Lei da Terceirização;

Reivindicações particulares da educação

- 1) Reposição das perdas salariais, para recuperar o poder de compra dos salários, que sofreu enorme dilapidação nos governos do PSDB, que inclui o de Alckmin;
- 2) Pelo salário mínimo vital, calculado pelas assembleias de base, necessário para sustentar a família trabalhadora. Nenhum professor receba menos que o salário mínimo calculado pela Dieese, hoje em R\$ 6500,00, por 20 horas de trabalho;
- 3) Extinção imediata da terceirização nas escolas. Contratação dos terceirizados pelo governo e aplicação da regra de “trabalho igual, salário igual”. Estabilidade a todos;
- 4) Revogação integral do Novo Ensino Médio e da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), que eliminam disciplinas fundamentais, introduzem as perfunctórias dos “itinerários” e avançam com o ensino a distância;
- 5) Fim da “Nova Carreira” imposta pelo governo Dória e seguida por Tarcísio, que elimina conquistas históricas do magistério,

institui as APDs, que aumentam a superexploração do professor, e introduz a excrescência do subsídio e mais mecanismos meritocráticos para obter algum reajuste nos salários, ampliando assim o esfacelamento do magistério;

- 6) Fim da farsa da Escola de Tempo Integral – do PEI, que exclui o aluno-trabalhador; Fim das escolas cívico-militares
- 7) Abertura de todas as salas e turnos fechados. Redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos. Em defesa da EJA;
- 8) Extinção do ensino a distância. A aprendizagem é um ato coletivo, portanto, depende o ensino presencial;
- 9) Dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os trabalhadores e a juventude em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino. Não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização das escolas;
- 10) Derrotar o reacionário movimento “Escola sem Partido” com a organização e a mobilização unitária dos professores, funcionários, estudantes e suas famílias;
- 11) Por um sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, financiado integralmente pelo Estado, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha;
- 12) Pela estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino.

IV. POLÍTICA SINDICAL

• EMENDA SUBSTITUTIVA AOS PONTOS 29 E 30

Estamos diante de dois governos cujo conteúdo de classe é burguês, embora com distintas formas de administrar o Estado. Lula comparece como um governo de conciliação entre capital e trabalho; e Tarcísio de Freitas como expressão da ultradireita bolsonarista. E estamos diante de direções sindicais que há muito tempo vem submetendo os organismos dos trabalhadores à estratégia da democracia burguesa e à tática da colaboração de classes. O que implicou e implica a anulação dos princípios básicos do sindicalismo, que são a independência de classe diante do patronato e governantes, e a democracia operária. As consequências têm sido danosas, porque retira dos trabalhadores, em particular da classe operária, sua força coletiva para a defesa das reivindicações vitais, como a defesa dos empregos, salários e direitos.

• EMENDA SUBSTITUTIVA AOS PONTOS 33 E 34

Nesses mais de seis meses, o que temos visto é um governo Lula cada vez mais servil aos partidos oligárquicos que controlam o Congresso Nacional, tendo de se submeter às negociações em torno às milionárias emendas parlamentares e à entrega de ministérios à direita bolsonarista, para aprovar o Marco Temporal, o Arca-bouço Fiscal, a Reforma Tributária e a CPI para criminalizar o MST. E um governo de costas para as reais necessidades da maioria oprimida, como ocorreu com o decreto do salário mínimo, o miserável valor do Bolsa Família, a desocupação dos sem-terra e a suspensão temporária da privatista reforma do ensino médio.

No entanto, as direções sindicais permanecem caladas à espera de que Lula venha conceder alguma migalha aos trabalhadores, em particular, reaver um tipo de imposto sindical, retirado pela reforma trabalhista, para sustentar o enorme aparato criado pelos burocratas dos sindicatos. No caso do governador Tarcísio, volta e meia as direções discursam contra as ações desse direitista, a exemplo da ação repressiva da polícia nos bairros pobres e escolas, mas nada que vá além do palavreado. O governo de Tarcísio, não resta dúvida, terá de ser enfrentado com muita organização e luta. O que depende de direções sindicais dispostas a enfrentá-lo com os métodos dos explorados. A direção petista da APEOESP já demonstrou sua adaptação ao governo de Tarcísio, apesar dos discursos oposicionistas.

É preciso recuperar os sindicatos para a luta. Para isso, é fundamental defender a independência política e organizativa dos trabalhadores diante dos governos. O que implica rechaçar a política de conciliação de classes e defender os métodos coletivos de ação direta dos trabalhadores.

Faz parte da recuperação dos sindicatos a luta pela democracia sindical. As direções sindicais vêm eliminando a democracia das assembleias, onde a base não tem direito de se expressar. É preciso defender: 1) revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da terceirização; 2) salário mínimo vital, que permita ao

trabalhador a manutenção de sua família, calculado pelas assembleias de base; 3) emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salário - escala móvel das horas de trabalho; 4) reposição das perdas salariais, tomando como base os cálculos do DIEESE, que em junho/23 era de R\$ 6.578,41; 5) saúde e educação públicas; 6) eleições sindicais livres, presenciais e democráticas; 7) fim dos “sindicatos-empresas”; 8) assembleias democráticas e soberanas, com direito da base se expressar.

V. POLÍTICAS PERMANENTES

• EMENDA ADITIVA ANTE DOS PONTOS 35 E 36

As pressões sociais contrárias às discriminações da mulher, dos pretos, dos indígenas e dos homossexuais constituem um todo que expressa a raiz de classe das distintas opressões. No entanto, são tratadas isoladamente umas das outras, de forma a se manifestarem corporativamente. Essa segmentação política, ideológica e organizativa se encarrega de ocultar e mesmo contestar o caráter de classe das opressões. Nisso reside a inconsistência, a limitação e a fraqueza das organizações especificamente voltadas a tratar dos conflitos em torno à opressão racial, étnica, sexual etc. Tais “coletivos” ou organizações acreditam que a aprovação de algumas leis, que formalmente penalizam os atos de discriminação e a violência física, conduziria à superação das opressões.

Na realidade, o pressuposto de que a criminalização, a penalização, a educação e as medidas limitadamente protetivas possibilitariam um processo civilizatório de igualdade da mulher, dos negros, dos indígenas e dos homossexuais alcançou apenas o nível da denúncia, das condenações e da ascensão social seletiva. Não se pode avaliar que essa via de fato leva à eliminação das opressões. E o motivo se encontra na divisão de classes própria do capitalismo, fonte de todo tipo de desigualdade social e, portanto, de discriminação. Se não se combate a opressão histórica sobre a mulher, raça e nacionalidade como parte da luta de classes do proletariado voltada à revolução social, se alimenta a ilusão de que a burguesia é capaz de promover o processo civilizatório capitalista ao ponto de eliminar tais opressões. Essa falsa perspectiva é típica do reformismo arcaico e contrarrevolucionário.

O Congresso defende: 1) unificar os movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social; 2) emprego a toda a juventude, combinado com os estudos; 3) trabalho igual, salário igual; 4) revogação da reforma trabalhista e previdenciária, que empurra a juventude às relações de trabalho mais precarizadas e mais opressivas; 5) proteção à maternidade, direito ao aborto garantido pelo Estado, superação da dupla jornada de trabalho e condições que permitiam combinar o trabalho, a maternidade e os estudos.

• SUPRESSÃO DO PONTO 37

VI. ESTATUTO

• SUPRESSÃO DO PONTO 115 (TESE 1), EMENDA ADITIVA AO ART.3

• SUPRESSÃO DO PONTO 116, 117, 118 – (TESE 1), EMENDAS ADITIVAS AOS ARTIGOS 3º E 10º §3º E §4º

• SUPRESSÃO DO A1) DO 4º

• ALÉM DAS MENSALIDADES OU ANUIDADES INCLUI-SE A CONTRIBUIÇÃO DA TAXA NEGOCIAL A SE PAGA PELOS NÃO ASSOCIADOS, SEMPRE QUE HOUVE BENEFÍCIOS À CATEGORIA, AD REFERENDUM DA ASSEMBLEIA GERAL, NÃO PODENDO EXCEDER A ALÍQUOTA DE 1,4% APLICADA AOS ASSOCIADOS.

• SUPRESSÃO DO PONTO 123, 124, 125, 126 – TESE 1

• SUPRESSÃO DO PONTO 143, PARÁGRAFOS 7º E 8º - TESE 1

• SUPRESSÃO DO PONTO 154 - ART 58º

• SUPRESSÃO DO PONTO 156 - ARTIGO 70 – TESE 1